



MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE: Discursos coletivos e narrativas na construção das mobilizações contemporâneas em Natal/RN

Autores:

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior - UFRN - marcosaureliojunior@gmail.com

Joana Tereza Vaz de Moura - UFRN - joanateresa@gmail.com

Resumo:

O exercício da participação social se faz cada vez mais fundamental, entretanto, tal exercício ainda encontra inúmeros entraves no Brasil, principalmente na juventude. Analisar a inserção da juventude nos novos movimentos sociais e suas narrativas e discursos coletivos nos permite compreender de que forma os jovens estão se organizando, quais são suas bandeiras e as estratégias para construir pautas e demandas para o Estado. Esse presente artigo tem como objetivo analisar o discurso de três movimentos sociais de juventude atuantes em Natal/RN: Levante Popular da Juventude, Pastoral da Juventude e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Analisaremos tais discursos através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) a fim de compreender como as histórias e narrativas de militantes constroem um discurso coletivo e contribuem na construção de mobilizações juvenis na cidade de Natal.

MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE

Discursos coletivos e narrativas na construção das mobilizações contemporâneas em Natal/RN

INTRODUÇÃO

A partir do histórico de interrupções democráticas que o Brasil enfrentou, e ainda enfrenta, o exercício pleno da participação social se faz cada vez mais fundamental, entretanto, tal exercício ainda encontra inúmeros entraves. As transformações sociais e democráticas nas quais o país passou nos últimos anos resultaram na ampliação de espaços participativos já existentes e no surgimento de diversos outros meios de contestação e mobilização social. Tais possibilidades de exercer a participação social deram uma nova cara à democracia brasileira com profusas experiências exitosas. Todavia, tais espaços de participação, sejam os conselhos gestores, as conferências nacionais, entre outros, não são suficientes para suprir demandas de grupos específicos. Como afirma Milani (2008), a participação de atores diversificados é estimulada, mas nem sempre é vivida de forma equitativa, muitas vezes a legitimidade do processo institucional participativo na construção do interesse coletivo não é garantida.

A questão dos movimentos sociais é amplamente discutida na academia, porém os estudos acerca da participação juvenil nesses movimentos ainda carecem de maior diversificação para entendermos as dinâmicas e contextos da juventude como categoria política e social. Analisar a inserção da juventude nos novos movimentos sociais e suas narrativas e discursos coletivos nos permite compreender de que forma os jovens estão se organizando, quais são suas bandeiras e as estratégias para construir pautas e demandas para o Estado.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as narrativas e o discurso coletivo de militantes engajados em movimentos sociais de juventude em Natal/RN. Para tanto, selecionamos três diferentes entidades que buscam defender os interesses da juventude que atuam nacionalmente e que também contam com representação em Natal/RN: a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o movimento religioso Pastoral da Juventude (PJ) e o movimento juvenil Levante Popular da Juventude (LPJ). Buscamos através das trajetórias desses movimentos e das falas das principais lideranças entender como eles produzem discursos, reordenam enunciados, nomeiam aspirações difusas ou as articulam, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados (GOMES, 2011; p.135).

A utilização das narrativas e dos discursos como eixos estruturantes do debate sobre movimentos sociais pode fornecer pistas interessantes para compreender a complexidade da construção da mobilização social e diferentes contextos políticos, sociais e econômicos. Entendemos as narrativas como sendo recursos essenciais dos ativistas que procuram através delas mobilizar mais pessoas, trazer apoiadores, influenciar decisões políticas e manter as ações dos movimentos (POLLETTA E GARDNER, 2015).

A análise é prioritariamente qualitativa, utilizando falas das principais lideranças desses movimentos e analisando os discursos desses representantes em blogs, sites, televisão e/ou jornais de grande circulação. Para a sistematização das entrevistas, utilizamos como método de análise o *Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)* (LEFEVRE e LEFEVRE, 2014), que possibilita entender como um conjunto de pessoas compartilha ideias, valores e crenças possibilitando a identificação de representações sociais, ou seja, os depoimentos desses indivíduos podem reproduzir fatos sociais de natureza simbólica. Conforme destaca Bourdieu (1973; p.80), "todos os membros do grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas".

Na primeira seção, discutiremos a luz das concepções teóricas acerca de juventude, as mudanças que essa categoria perpassou nos últimos anos e concepções acerca de movimentos sociais. Na segunda seção, faremos uma explanação sobre os movimentos juvenis em análise e na terceira, analisaremos através da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo estratégias, narrativas e motivações dos militantes desses movimentos, juntamente com os apontamentos extraídos de seus discursos. Por fim, apresentamos as principais considerações sobre a discussão.

1 JUVENTUDE E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

De acordo com Novaes (2012), a definição de juventude pode ser compreendida como um período da vida, uma categoria social ou como faixa etária. Porém, essa categoria é extremamente plural e heterogênea. A juventude não pode ser considerada uma categoria estática, a pluriatividade que permeia sua realidade precisa ser considerada para assim entendermos as relações que a permeiam. Portanto, é necessário analisar e compreender o jovem como um ator político inserido em uma complexa configuração social.

No Brasil, a percepção do jovem enquanto ator político e social adveio – entre outros fatores, mas principalmente – da atuação da juventude em processos históricos, onde os jovens tiveram papel fundamental na condução de ações importantes, como foi o caso da organização do movimento estudantil durante os anos de regime militar, na qual os jovens estudantes organizaram passeatas, protestos, e formas organizadas de se opor ao regime da época.

Com a redemocratização do país em 1988, o jovem enquanto ator social, que antes era invisível aos olhos do Estado, passa a adquirir maior visibilidade no que tange as políticas públicas sociais, estudantis e de trabalho. Essa visibilidade conquistada através do engajamento e participação social nos anos antecessores da redemocratização do Brasil em

conjunto com a expansão nos estudos acadêmicos sobre a categoria possibilitou que o Estado e a sociedade passassem a ver o jovem como sujeito de direitos.

Nesse sentido, a academia passa a abandonar a visão do jovem enquanto delinquente ou um adulto em processo. A produção acadêmica que antes se detinha em relacionar o jovem com temas como violência, passa a se aprofundar em questões acerca da participação social, mercado de trabalho, diversidade da juventude, entre outras. Esse processo de mudança na concepção de juventude perpassou a academia e o Estado, e adentrou na sociedade. O jovem passa a ser público alvo do mercado, como também de políticas públicas.

Essas transformações na sociedade e a mudança na relação do jovem com o Estado, não asseguraram em sua totalidade as demandas da juventude brasileira. Nesse sentido, os jovens do país continuaram se organizando coletivamente, a fim de influenciarem seu campo social através de ações coletivas. O processo contínuo de organização coletiva sucedeu uma pujança no surgimento de grêmios estudantis, grupos de bairro, coletivos de cultura, grupos de jovens organizados em sindicatos, associações, entre outros. Tais agrupamentos caracterizam o que literatura denomina de novos movimentos sociais.

Mas o que seriam esses novos movimentos sociais?

A partir da transição do feudalismo para o capitalismo, a sociedade do século XIX foi marcada pela divisão das relações de produção, o que resultou, segundo a teoria marxista, a divisão da sociedade entre “burgueses” e “operários”, que resultaria por fim na luta de classes. Influenciadas pelas teorias marxistas da Mobilização de Recursos e Ação Coletiva, as primeiras teorias acerca dos movimentos sociais associavam o agrupamento e mobilização coletiva como movimentos em prol de mudanças estruturais na sociedade.

Entretanto, as transformações sociais e econômicas ocorridas no século XX resultaram em mudanças significativas nas relações de produção e no acesso aos bens de consumo. Nesse sentido, os conceitos marxistas que sustentavam as teorias sobre movimentos sociais se tornaram insuficientes para definir e analisar os novos agrupamentos que surgiam na sociedade, não mais caracterizados pela classe social, renda ou sua relação com o sistema de produção. Em resumo, novos conflitos sociais surgiram e o viés econômico não mais pôde ser entendido como ponto chave na mobilização coletiva por parte da sociedade.

Com o tempo, novas teorias a respeito dos movimentos sociais começaram a emergir. A abordagem clássica sobre movimentos sociais surgida nos Estados Unidos tinha como objetivo principal, segundo Gohn (1997), compreender os comportamentos coletivos através da teoria da ação social, os quais eram resultados de tensões sociais. A abordagem tradicional acerca dos movimentos sociais foi substituída pela teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), devido a necessidade de compreender a atuação dos movimentos sociais dentro de um contexto social altamente plural.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais é ambígua - alguns partem de premissas totalmente distintas do marxismo (como Melucci), outros fazem uma ruptura na forma de abordagem, mas trabalham com as macroestruturas sociais (caso de Touraine), outros ainda questionam a validade da utilização de alguns prognósticos realizados por Marx, argüindo pela necessidade de sua atualização - dando as transformações históricas - ,

sem negar a validade das categorias básicas (caso de Offe) (GOHN, 1997, p.120).

Não há por parte da literatura do tema, um consenso. Alguns autores trazem os NMS como negação (total ou parcial) da concepção marxista, outros defendem a luta de classes em conjunto com as identidades coletivas como sendo a matriz fundadora da organização desses movimentos. Nesse sentido, os grupos organizados que não se reconhecem única e exclusivamente por sua classe social podem ser compreendidos como os novos movimentos sociais. A partir de novos fatores como cultura, lutas sociais, identidades e outros, os novos movimentos sociais passam a endossar um novo modelo de fazer política. De acordo com Moura (2018) os movimentos sociais precisam ser vistos como produtos e produtores das mudanças no sistema político.

A expressiva articulação e atuação dos movimentos sociais para além de seus espaços auto organizados, perpassando canais institucionais, configuraram uma dinâmica não tão presente nos movimentos até pouco tempo. Segundo Moura (2018), a entrada de militantes para o Governo, em secretarias, ministérios, etc., constitui também uma estratégia fundamental na alteração das narrativas e das formas de atuação desses novos movimentos sociais.

Argumentamos que o uso da narrativa faz parte de uma estratégia utilizada pelos movimentos sociais buscando legitimar-se, ressignificar-se e constituir-se como elemento central no campo político. Sendo assim, cabe a nós questionarmos quais são os argumentos utilizados pelos movimentos de juventude para que interesses coincidam e argumentos sejam levados em consideração na cena política.

Acreditamos que através das narrativas entendemos os processos através dos quais os limites do político são constantemente feitos e refeitos, num contexto emocional e material. Ou, conforme ressalta Gould (2009), precisamos prestar atenção aos fatores emocionais dos discursos que afetam o fazer a política. " Emoção deve ser vista como um significado crucial em que os seres humanos entendem eles próprios e o seu contexto, seus interesses e suas necessidades" (Gould, 2009, p.17).

A juventude brasileira passou a se organizar de forma mais incisiva nessas novas lutas sociais. Houve expansão de movimentos estudantis no país através de grêmios, centros acadêmicos e diretórios estudantis, impulsionados pelas principais entidades de organização estudantil: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Movimentos religiosos importantes na luta pela democracia no país nos anos 70 e 80, como a Pastoral da Juventude, também tiveram pós 88 uma expansão significativa, tanto em número de militantes, cidades presentes e participação em espaços deliberativos. Movimentos juvenis contemporâneos passaram a surgir, como o Levante Popular da Juventude. Na seguinte sessão trataremos acerca desses três movimentos e suas narrativas.

1.1 O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Criado em 2005, o Levante Popular da Juventude constitui um movimento social de caráter popular surgido através de uma disposição da Consulta Popular¹, com do anseio de organizar coletivamente a juventude do campo e da cidade. Com um tecido organizativo bem definido, o movimento concentra suas ações em três campos de atuação: 1) no movimento estudantil secundarista e universitário; 2) nas periferias dos centros urbanos; e 3) nos setores camponeses - em conjunto com outros movimentos da Via Campesina² -.

As pautas reivindicatórias do movimento não se limitam as demandas dos seus três campos de atuação, pautas gerais, de interesse popular também fazem parte do repertório da luta do LPJ. O movimento tem como uma de suas práticas a realização de denúncias à sociedade por meio de ações de agito e propaganda, que são técnicas de comunicação e expressão da juventude: música, grafite, dança, teatro e outros.

De acordo com Ruskowski (2012), a metodologia do trabalho de recrutamento da juventude para a organização se reflete em formas atuais que dialogam com a realidade da juventude e contribuem para seu engajamento, utilizando assim, a arte através de música, teatro, stencil, como principal forma de integrar o jovem na dinâmica do movimento. Segundo o site oficial do movimento:

O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. SOMOS A JUVENTUDE DO PROJETO POPULAR, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira. Somos um grupo de jovens que não baixam a cabeça para as injustiças e desigualdades. A nossa proposta é organizar a juventude onde quer que ela esteja. Deste modo, nos organizamos a partir de três campos de atuação: Frente Estudantil, Frente Territorial, Frente Camponesa (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2018).

Reforçamos, portanto, que o aspecto político do movimento, trazendo a narrativa sobre a importância do jovem e de sua organização no espaço político brasileiro, desempenha um papel crucial na politização e conscientização da juventude. Neste sentido, as práticas culturais constituem o principal mecanismo de mobilização política.

O aspecto cultural, então, acaba sendo utilizado para mobilizar o consenso e, ao mesmo tempo, o LPJ trabalha isso estrategicamente com uma conotação política explícita, ou seja, viabilizar um projeto político específico.

¹Organização política surgida em 1997 com o objetivo de aglutinar militantes de diversos movimentos sociais populares, o principal deles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

²Organização internacional que agrupa movimentos sociais do campo de todo o mundo, atua articulando o fortalecimento dos movimentos afiliados. No Brasil conta com a participação de grandes movimentos como o MST, a Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), e outros.

igualitária, baseados na Teologia da Libertação e na Pedagogia do Oprimido⁵ a fim de sanar os clamores da juventude brasileira.

O movimento se organiza de forma local, através de coletivos regionais, a fim de acompanhar de forma substancial seus grupos de base. Segundo o documento "Somos Igreja Jovem", um subsídio de estudo acerca do movimento, a "Coordenação Nacional da PJ (CNPJ) é formada por jovens dos 18 regionais [...] e por um jovem na secretaria nacional" (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2012). A coordenação conta com forte apoio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que auxilia a PJ em suas atividades, demandas e organização.

As dioceses se organizam em aproximadamente 600 pequenos grupos de jovens que juntos mobilizam evangelismos, formações políticas e ações específicas do movimento através de encontros nacionais, como a Ampliada Nacional (espaço deliberativo) e o Encontro Nacional (espaço celebrativo).

Analisando as notícias publicadas em site oficial⁶ da PJ identificamos através de seus títulos, algumas palavras chaves que contribuem para a compreensão do discurso do movimento nesse ano de 2018:



Conseguimos compreender que "política", "maioridade penal", "juventude" e "mulher" são pautas que estão presentes na narrativa da Pastoral da Juventude e aparecem através de entrevistas, artigos, notícias produzidas pela organização ligadas a temas religiosos. Nesse sentido, há uma consonância entre política e religião, que se traduz nos 5 eixos que o

⁵ Obra do escritor Paulo Freire que buscava apresentar uma nova forma de relacionar a educação, os profissionais da educação, os estudantes e a sociedade através da pedagogia crítica. A obra influenciou diversos movimentos sociais populares no Brasil e no exterior, sendo alternativa para a condução formal da educação no mundo.

⁶ Disponível em: <<http://www.pj.org.br>>

movimento trabalha: 1) formação; 2) ação; 3) articulação; 4) espiritualidade; 5) transversalidade. Com isso é possível perceber que tanto nas publicações no site do movimento quanto nos eixos em que se propõe trabalhar com os jovens, as práticas políticas e de cidadania estão associadas com valores morais e religiosos, característica marcante da PJ.

Ainda de acordo com o "Somos Igreja Jovem" a PJ pretende:

Desenvolver os jovens para a pessoa e a proposta de Jesus Cristo e desenvolver com eles um processo global de formação baseado na fé, para formar líderes capacitados para agir na comunidade, atuar na própria PJ, em outros ministérios da Igreja e em seu meio específico, comprometidos com a libertação integral do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação, de modo que contribuam concretamente com a construção da Civilização do Amor (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2012).

Percebemos que a Pastoral da Juventude do Brasil cria um discurso a partir dos pressupostos ideológicos da Igreja em consonância com a estrutura institucional do catolicismo. Neste sentido, as narrativas remontam a contar histórias que atravessam processos históricos e inserem-se na lógica do reordenamento dos significados, que vão produzir novas identidades e mobilizar outros atores.

1.3 A UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Embalados pela crescente organização estudantil no Brasil, em 1948 no 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas ocorrido no Rio de Janeiro, a juventude organizada em grêmios e associações estudantis fundaram a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES) que um ano depois passaria a se chamar União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), definido no congresso de 1949. Desde então, uma série de entidades municipais filiadas a UBES passam a surgir no país, resultando em uma expansão dos estudantes ligados ao movimento estudantil.

Na década de 50, a UBES passa a atuar significativamente em prol de questões estudantis e juvenis de modo geral, como na Revolta dos Bondes, reivindicando um transporte público de qualidade e gratuito. Nos anos seguintes, a entidade continua se colocando na linha de frente das principais reivindicações do país. Na década de 60 com o início do regime militar, a UBES se posiciona contrária ao governo vigente na época, mobilizando os estudantes em grandes atos contra os militares, o que coloca a entidade na ilegalidade, tendo vários de seus dirigentes e militantes mortos, presos e exilados.

A resistência ao regime militar perdurou por todos os 21 anos, participando ativamente do movimento "Diretas Já", que reivindicava eleições diretas no país. Foi uma das principais organizações a pautarem a Assembleia Constituinte em 1988. Pós redemocratização, a UBES passa a atuar de forma mais incisiva na esfera pública durante os governos Lula e Dilma (2003 a 2016) pautando uma série de questões dos estudantes

secundaristas e da juventude brasileira em geral. Dessas reivindicações, surgiram algumas conquistas: Plano Nacional de Educação, 10% do PIB para a educação, a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, a criação do Estatuto da Juventude, o Passe Livre, e outras.

A atuação da UBES acontece de forma direta nas escolas do ensino fundamental e médio, através de grêmios estudantis, que estão ligados a entidades municipais e estaduais, configurando um tecido organizativo estruturado. Os fóruns e congressos ajudam a eleger a diretoria da entidade e suas diretrizes. A relação da UBES com o poder público se dá junto aos poderes executivos, legislativos e judiciários das esferas federal, estaduais e municipais, através da presença em conselhos (como o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, no qual a UBES possuía uma cadeira), através de conselhos gestores e outros.

Analisamos as 20 últimas notícias e artigos retirados do site oficial⁷ da UBES. Selecionamos palavras chaves dos títulos e montamos a chuva de palavras que compõem os discursos mais recentes do movimento:



Pela chuva de palavras é possível perceber o forte engajamento político que a entidade mantém, palavras como “voto”, “deputados”, “urnas”, “eleitoral”, “senador” em um ano eleitoral reflete a atuação que a UBES tem desde sua fundação nos processos políticos importantes para o país. As palavras mais recorrentes: “estudantes”, “democracia” e “juventude” em conjunto com aspectos políticos revelam que o discurso do movimento não se reduz apenas demandas estudantis secundaristas, mas colabora para uma ampliação de importantes temas atuais, relacionando-os com as bandeiras da juventude.

⁷ Disponível em: <<http://www.ubes.org.br>>

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A fim de obter o discurso dos três movimentos sociais selecionados por parte de seus próprios militantes, tomamos como metodologia analítica o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), uma técnica com viés qualitativo idealizado por Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre (2003; 2014), que tem como objetivo construir um discurso coletivo com base em discursos individuais de uma mesma categoria ou grupo.

O DSC consiste na apreciação de respostas ou depoimentos coletados a partir de questões abertas. Tais depoimentos são observados e categorizados sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso (LEFEVRE; LEFEVRE; TEIXEIRA, 2000, p. 3).

As respostas que construíram o discurso coletivo dos movimentos foram coletadas através de questionários com duas perguntas abertas: 1) “O que te motivou a ingressar no movimento social?” para compreender a trajetória desses militantes no movimento e 2) “Quais são as pautas defendidas pelo seu movimento?” que tem como objetivo perceber quais são as bandeiras levantadas pelos coletivos a partir de uma visão e do entendimento de militantes que atuam nesses grupos.

Realizamos uma síntese dos discursos individuais com recortes que trazem as principais ideias dos militantes em cada resposta, em seguida, agrupamos tais recortes em uma fala única, gerando um discurso coletivo dos sujeitos participantes, representando a partir de pontos importantes nas salas individuais, um pensamento coletivo acerca dos questionamentos levantados. Para Fortes (2018) os discursos coletivos se relacionam com os valores, conhecimentos e práticas que direcionam comportamentos e relações sociais, que se expressam através de sentimentos, atitudes, palavras e expressões.

O método do DSC nos permite fazer uma construção do discurso através das respostas obtidas, fornecendo assim, uma dimensão coletiva a partir das percepções de uma dimensão individual desses militantes. O DSC possibilita identificar nas opiniões individuais representações sociais de indivíduos e suas práticas na sociedade.

O diferencial da metodologia do DSC é que a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos, de modo a formar com tais conteúdos um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014, p. 503).

A fim de entendermos os motivos pelos quais esses militantes ingressaram no movimento social em questão e como eles percebem ou reproduzem o discurso e a narrativa desses movimentos, consideramos utilizar o DSC por se tratar de um método que consegue captar as múltiplas percepções de um mesmo objeto, no nosso caso, as percepções acerca das

bandeiras que os movimentos defendem, e se as trajetórias que os militantes possuem papel definidor no processo de compreensão ou reprodução da narrativa do seu movimento.

3 O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO E AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DA PARTICIPAÇÃO EM NATAL

A partir da metodologia do DSC, construímos o discurso dos três movimentos a partir das falas de 19 militantes através de duas perguntas abertas aplicadas em forma de questionário. Os militantes atuam em Natal – Rio Grande do Norte em seus respectivos movimentos. Nos discursos, o nome dos entrevistados é preservado e a fala individual passa a contribuir com o discurso através do agrupamento com as demais falas do mesmo grupo.

3.1 LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

O que te motivou a ingressar no movimento social acima?

“Eu morava no interior e vinha de um universo em que as pessoas da minha idade não se importavam com política. Ao ingressar na faculdade, conheci algumas pessoas que me apresentaram o Levante Popular da Juventude, na época, vi que através da união com outras pessoas que tinha os mesmos ideais que o meu, poderia fazer alguma coisa para conscientizar a população de problemas sociais e políticos do nosso país. Então o compromisso na construção do movimento estudantil e também o companheirismo foram os primeiros elementos que me motivaram a entrar. A conjuntura política do país e a ameaça de direitos sociais conquistados nos últimos anos [somada] á ascensão das lutas da juventude que por muito tempo foi tratada como se não gostasse de se envolver na política, as pautas e a forma de atuação do movimento [me motivaram a ingressar]. A contradição de ser uma pessoa LGBT em uma sociedade patriarcal e machista, responder coletivamente ao preconceito e as violências que sofria, em seguida construir um mundo novo de novos homens e novas mulheres [me motivou]. [Tive] o entendimento de que a realidade em que vivemos, marcada por injustiça e violência, pode ser transformada por meio da ação coletiva do povo brasileiro. [...] Nesse sentido, o motivo central hoje de ser militante é transformar a realidade em que nosso povo vive construindo uma nova sociedade sem exploração e desigualdades.”

O ingresso no Levante Popular de Juventude é fortemente marcado pelas relações dos jovens com o ambiente universitário e com o movimento estudantil de forma geral. O descontentamento desses jovens com a conjuntura política, a situação econômica do país e as contradições e dificuldades vivenciadas por eles a partir de suas próprias realidades constituem os principais fatores para o engajamento no movimento.

É notório que os militantes do LPJ movidos pela indignação na condução da política brasileira ingressaram no movimento com o anseio de transformar a realidade através da participação social e da cooperação que o movimento proporciona. A vontade de “transformar a realidade em que nosso povo vive construindo uma nova sociedade sem exploração e desigualdades” remete a uma ideia de transformação social em um nível macro e os militantes do Levante acreditam que a coletividade que eles encontram no movimento, em pessoas que pensam e agem de forma semelhante, os ajuda no sentido de transformar a realidade em que vivem.

O que o seu coletivo defende? Quais são as pautas defendidas?

“O movimento defende a criação de uma sociedade mais igualitária com o foco de atuação na juventude e todas as pautas que atravessam o ser jovem, desde questões identitárias até questões trabalhistas, como acesso a emprego digno, boas condições de trabalho e previdência. Um movimento popular de juventude não pode ter uma pauta única, pois a vida da juventude da classe trabalhadora aglutina todas as pautas de lutas [...] como saúde, trabalho, comunicação, moradia, transporte, educação e tantas outras. Defendemos um Projeto Popular para o Brasil, o qual seja capaz de dar dignidade ao povo e inseri-lo massivamente na política nacional, o fim das opressões e uma vida digna para a juventude negra, periférica, do campo e da cidade [...] mulheres, classe trabalhadora e minorias. [O movimento se organiza] em três frentes: estudantil, camponesa e territorial [apoando] pautas como a reforma agrária [além de] trabalho de base nas periferias, etc.”

De acordo com o discurso coletivo dos militantes, as bandeiras do LPJ se concentram prioritariamente nas pautas ligadas a juventude, desde trabalho, previdência, educação, saúde, moradia, transporte, etc. O movimento abarca as juventudes periféricas, da cidade e do campo e defende através do fortalecimento da participação juvenil na política nacional uma vida digna para os jovens com o “fim as opressões”.

O LPJ apesar de ser um movimento feito pela e para a juventude, possui um Projeto Popular para o país, baseado na dignidade e igualdade de todos. Como bandeira, defendem a valorização das “mulheres, classe trabalhadora e minorias”.

3.2 PASTORAL DA JUVENTUDE

O que te motivou a ingressar no movimento social acima?

“O que me motivou a entrar na pastoral foi a afinidade com as pautas defendidas, a questão do longo histórico de luta pelas classes mais oprimidas e [do] trabalho de base nas periferias, de acolher quem precisa e falar sobre um Cristo libertador. [...] [Entrei] pelo incentivo de amigos e pela minha curiosidade sobre o grupo e as atividades. A identidade [do movimento] é muito forte e particular [e] se assemelha aos evangelhos de Jesus. Associar a proposta do Cristo Ressuscitado em busca da transformação social. Sempre quis uma igreja em saída. A Pastoral da Juventude é o movimento que mais me identifiquei, após meu ingresso descobri uma profunda identificação pessoal com a PJ, por ser um espaço de muito aprendizado coletivo. A discussão sobre ser juventude de periferia e mesmo dentro da igreja, [de] romper os muros que o próprio sistema hierárquico e patriarcal carrega. Na época muitos primos e amigos meus morreram por acerto de contas ou violência policial e eu queria mudar essa realidade, queria ter outra expectativa de vida”.

A identificação inicial com as pautas da Pastoral da Juventude por parte dos jovens e futuros militantes foi imprescindível para a adesão do movimento. No caso da PJ, se destaca o quanto a identidade do movimento é expressa pelo discurso coletivo, os militantes possuem um vínculo consistente vínculo identitário com o movimento. A atuação histórica da PJ ao lado das classes menos favorecidas constitui um valor simbólico para os jovens que decidem ingressar no grupo.

Por se tratar de um movimento com cunho religioso, um fator decisivo na aproximação dos jovens com a PJ é o fato deles enxergarem na Pastoral da Juventude um movimento que expressa os valores do cristianismo, combinado com práticas e valores de solidariedade e companheirismo para com os mais necessitados.

A busca por uma igreja mais voltada para as questões sociais também se revela como um dos motivos fundamentais para o ingresso desses jovens no movimento. O militante da PJ ao ingressar no movimento procura combinar suas lutas enquanto jovem com sua crença de fé, refletindo sobre o papel da igreja na sociedade.

O que o seu coletivo defende? Quais são as pautas defendidas?

A PJ cultiva uma mística encarnada na realidade, sobretudo daqueles empobrecidos; Reunir-se com os grupos de base é encontrar-se com os excluídos da sociedade, buscando derrubar as barreiras sociais, sexistas, culturais, raciais, étnicas e o combate à intolerância religiosa; Buscamos a justiça e a solidariedade como caminho para a libertação que nasce da organização eclesial e popular, nos pequenos grupos e comunidades em defesa da vida das/os excluídos como: negras/os, indígenas, mulheres, etc. Defendemos a vida das pessoas

que estão na luta por uma existência digna, defendemos que todas as pessoas sejam olhadas de igual para igual, defendemos a vida da juventude contra todo extermínio. Defendemos a construção da civilização do amor. Que a igreja se abra para acolher o povo, portanto, acolher a luta, os anseios e desejos do povo. [...] defendemos em primeiro lugar a vida de todas e todos, a vida digna, plena de direitos e possibilidades de realização. Defendemos em especial a vida e os direitos das juventudes, considerando sua realidade, seu contexto social e discutindo acerca das violências sofridas, em virtude do sistema e empoderando as juventudes a buscarem a garantia de seus direitos; defendemos um processo de formação integral, que contemple todas as dimensões da pessoa humana e possibilite uma conscientização crítica e libertadora, uma práxis comprometida com as lutas do povo e com a transformação social, rumo a outro mundo possível - a Civilização do Amor! [...] A PJ defende o Cristo jovem, que foi prisioneiro político e que mesmo perseguido não se calou diante das injustiças [...] além de claro, discutir a conjuntura política de forma leve e que seja fácil de ser entendida. [Defendemos] a vida e tudo que nos rodeiam. A igreja pobre para os pobres.

Fortemente carregado de valores e princípios religiosos, o discurso coletivo dos militantes da Pastoral da Juventude nos mostra que a bandeira do movimento não se restringe apenas a juventude, mas a sociedade brasileira como um todo, com foco nos menos favorecidos, os quais, necessitam de garantia de direitos, “justiça e solidariedade”. Para os militantes, a PJ se propõe a trazer para dentro da igreja e dos grupos eclesiais a discussão e prática política, como forma de desenvolvimento social e ampliação e garantia de direitos.

O emponderamento da juventude também aparece de maneira destacada, entendendo o jovem como ator político, sujeito de direitos e um ator social importante na condução de transformações sociais.

O DSC é fortemente marcado por um viés social através da narrativa da garantia de direitos e igualdade para todos por parte dos militantes. A proximidade da religião com a política no movimento é notória a partir do discurso coletivo. A conscientização dos militantes para questões políticas e conjunturais traz para dentro do movimento a possibilidade de repensar o papel da igreja na sociedade: “A igreja pobre para os pobres”.

3.3 UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS

O que te motivou a ingressar no movimento social acima?

Desde os 14 anos participei da pastoral da juventude que me deu consciência de classe através da teologia da libertação, depois de participar também do Parlamento Jovem ingressei no movimento estudantil pela necessidade de se organizar junto as entidades que compus as diretorias de grêmios tanto da UMES Natal (união metropolitana dos estudantes secundaristas) e da APES (associação potiguar dos estudantes secundaristas). [...] quando entrei foi movimento foi devido o processo do golpe contra a presidenta Dilma [...] eu fui eleito no congresso [da UBES] pra dirigir a entidade [mas ante] já fazia parte anteriormente da juventude do PT.

A trajetória dos militantes que começam a atuar na União Brasileira de Estudantes Secundaristas é marcada pela presença e atuação prévia em outros espaços. É possível observar que a militância da PJ antes de ingressar no movimento passou ou faz parte de outros agrupamentos e organizações juvenis como o Parlamento Jovem, a Pastoral da Juventude, o Partido dos Trabalhadores e movimento estudantil de forma geral. Logo, o jovem potiguar que começa a atuar na UBES possui uma bagagem política e organizativa que possibilita uma maior percepção e engajamento no movimento.

A entrada na UBES pode ser percebida como consequência da já efetiva participação em outros espaços. A conjuntura política também contribuiu consideravelmente para o ingresso de militantes no movimento.

O que o seu coletivo defende? Quais são as pautas defendidas?

A busca por uma educação pública gratuita e de qualidade [me fez ingressar no movimento]. [A UBES] defende a nossa liberdade de expressão, os nossos direitos, a permanência estudantil e uma educação gratuita e de qualidade para todos e todas [...] [Defende ainda a] construção do socialismo no Brasil e reformas de transição que desenvolvam o país e culmine em uma revolução, [além de] uma UBES rebelde e consequente e que prepare os estudantes para tempos de guerra [...] tanto através do movimento estudantil como no movimento feminista, LGBT's, anti-fascista, anti-racista, pelos direitos humanos.

A principal bandeira da UBES é sem dúvida a educação: uma educação gratuita e de qualidade. Mas também defende os direitos e a igualdade para a juventude em geral através do “movimento estudantil, movimento feminista, LGBTs, anti-fascista, anti-racista” e luta pelos direitos humanos. A construção do socialismo também apareceu de forma considerável

no DSC da UBES, o que revela grande vontade da juventude em interferir na macro política, não apenas em temas que as afetem diretamente enquanto grupo de jovens estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as narrativas e os discursos dos movimentos de juventude refletem a importância de mostrar que questões que algumas vezes nos passam despercebidas são reflexos de contestações que mobilizam várias pessoas. No caso da juventude, que historicamente foi marcada por um distanciamento dos processos políticos de poder, entendemos que contar essas histórias possibilitam a reconstrução desses sujeitos como atores políticos contemporâneos no Brasil e, especificamente, em Natal.

A metodologia do *Discurso do Sujeito Coletivo* possibilitou a reflexão das subjetividades expressas coletivamente pelos entrevistados, reconhecendo a abordagem do pensamento de grupos sociais em que denunciam diversas formas de subordinação, exclusão social, falta de acesso a direitos e políticas públicas, entre outros fatores.

A aproximação da narrativa dos discursos por parte dos militantes e por parte dos movimentos contribui para a identificação e engajamento nesses espaços de construção política e participação. Observamos que os discursos por parte dos movimentos são direcionados e fortemente influenciados pela conjuntura política e pelos problemas sociais existentes em determinados momentos, influenciando assim, o rumo de suas narrativas. Apesar de distintos em suas construções e trajetórias, os três movimentos, um estudantil, um religioso e outro com cunho mais social, dada a conjuntura política do Brasil, alinharam seus discursos na narrativa em torno da garantia de direitos, igualdade política e democracia.

A imersão nesses discursos nos fez compreender que a importância do aspecto cultural na definição dos movimentos de juventude e a apropriação de símbolos, permite que a luta política se torne cada vez mais consolidada no cenário político.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Cultural reproduction and social reproduction. *London: Tavistock, 1973.*

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Nilma L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Revista Política & Sociedade*, vol.10, n. 18, pp.133-154, 2011.

GOULD, Deborah B. *Moving politics: emotion and AC US's fight against AIDS*. University of Chicago Press, 2009.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira. O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa, 2000

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFEVRE, Fernando; CAVALCANTI LEFEVRE, Ana Maria. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Texto & Contexto Enfermagem*, 2014

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. Quem somos, 2018. Disponível em: <<http://levante.org.br/#about>> Acesso em: 02 de novembro de 2018

MILANI, Carlos. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista de Administração Pública, RAP*, Rio de Janeiro, 2008.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. *Dinâmicas dos Movimentos Sociais: Reflexões sobre Cultura e Oportunidades Políticas*, 2018.

NOVAES, Regina. *Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias*, 2012.

PASTORAL DA JUVENTUDE. *Somos Igreja Jovem*, 2012. Disponível em: <http://www.pj.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Somos-Igreja-Jovem_PJ.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

POLLETTA; Francesca.; GARDNER, Beth G. Narrative and Social movements. In: DELLA PORTA, D; DIANI, M. *The Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford Press, 2015.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.